

Marta Suplicy não é um Alckmin de saia

Ex-prefeita tem histórico na base da pirâmide e não é queridinha da classe média

Marcos Augusto Gonçalves

Editor da Ilustríssima, formado em administração de empresas com mestrado em comunicação pela UFPA. Foi editor de Opinião da Folha

Até que ponto a volta de Marta Suplicy ao PT para ocupar a função de vice do candidato Guilherme Boulos, do PSOL, é comparável à escolha de Geraldo Alckmin para a chapa de Lula na eleição presidencial?

Alguns correspondentes podem se sentir à vontade. A ex-prefeita brigou com o sigilo na qual fez sua carreira política e apoiou o impeachment de Dilma Rousseff em campanha de conservadores. Acontece que o desentendimento de Marta foi provocado em grande parte pela vontade de que Lula substituisse

Dilma na corrida eleitoral, escolha que, com o correr do tempo, talvez tenha passado a fazer mais sentido. O "se" em história é um exercício muito duvidoso, mas sempre é possível especular seu líder do partido, caso eleito, teria feito melhor para conter a crise que acabou por expor a presidente petista.

A divergência levou a ex-prefeita a filiar-se ao MDB (que depois abandonou) e a ser tratada pela militância como uma traidora que assumia enfim uma posição coerente com sua origem de classe. Apoiar Lula não

era, de qualquer forma, uma ideia que pudesse ser classificada como uma deriva da ex-prefeita à direita ou centro-direita — já via em Alckmin, seu ex-convicte em São Paulo, prosperar.

Para o pleito deste ano, a proposta de o PT não ter candidato já estava resolvida após um acordo prévio com Boulos, que decidiu de se apresentar ao governo para apoiar Fernando Haddad. Sabia-se que os petistas desistiram de ficarem com a vice e estava contratado que a função caberia a uma mulher. E uma moldura bem mais definida do que aquela que permitia

escolha do ex-tucano, PSB, para figurar na chapa presidencial. Embora tenha deixado compreensíveis rancores, a nova conjuntura política favoreceu o retorno do dissidente à antiga casa, pelas mãos de Lula.

Não se conhece mulher no partido com a experiência de Lula na administração pública de São Paulo e com a sua história de densidade eleitoral na base da pirâmide. São duas deficiências de Boulos, que na última eleição teve um desempenho insatisfatório na faixa de

baixa renda e não é testado como administrador.

Não se trata, portanto, de apenas de amenizar a imagem "radical" do candidato com uma vice queridinha da elite ou da classe média rica da cidade, o que ela não é. Marta não é um Alckmin de saias — ou de tailleur.

Seu nome está associado a medidas populares relevantes, como o Bônus Único e os CEUs, um acerto replicado às dezenas por sucessores. Boulos tem procurado, com atitudes e discursos, mudar a forma de radical. Cabe a ele, sobretudo, à sua campanha tentar responder de maneira convincente aos ataques que virão.

Não desu de ser técnico que uma filha da elite branca de São Paulo venha a contribuir para aumentar as chances eleitorais nas periferias de um nome ligado a movimentos populares. Isso é ao menos a expectativa,

baseada no passado, a ser confirmada por novas pesquisas sobre o que ela vai aquecer de fato ou não. Marta cometer erros na sua gestão não foi rejeitada por conta de alguns deles, mas se manteve bem avaliada.

Ao abandonar Ricardo Nunes (foi para a prefeitura a convite do tucano Bruno Covas), ela criou também uma lacuna na eventual tentativa de o prefeito querer contar com alguém de trajetória progressista para enfeitar sua campanha. Resta confirmar se Nunes acabará mesmo nos braços de Bolsonaro e da ultradireita, probabilidade que só aumenta.

Quanto ao futuro de Marta, se a chapa for bem sucedida, a eleição de 2026, para governo e Presidência, poderá dizer alguma coisa. Por ora, para Lula, um ex-ato nas eleições municipais, com São Paulo no pacote, seria um triunfo relevante para a continuação do governo.

SEM: Eli Gaspari, Celso Rocha de Barros | ILLUSTRÍSSIMA: Camila Rocha | TEX: Joel Pinheiro da Fonseca | JORNAL: Eli Gaspari | JORNAL: Eli Gaspari | JORNAL: Eli Gaspari

SEM: Eli Gaspari, Celso Rocha de Barros | ILLUSTRÍSSIMA: Camila Rocha | TEX: Joel Pinheiro da Fonseca | JORNAL: Eli Gaspari | JORNAL: Eli Gaspari | JORNAL: Eli Gaspari

SEM: Eli Gaspari, Celso Rocha de Barros | ILLUSTRÍSSIMA: Camila Rocha | TEX: Joel Pinheiro da Fonseca | JORNAL: Eli Gaspari | JORNAL: Eli Gaspari | JORNAL: Eli Gaspari

SEM: Eli Gaspari, Celso Rocha de Barros | ILLUSTRÍSSIMA: Camila Rocha | TEX: Joel Pinheiro da Fonseca | JORNAL: Eli Gaspari | JORNAL: Eli Gaspari | JORNAL: Eli Gaspari

SEM: Eli Gaspari, Celso Rocha de Barros | ILLUSTRÍSSIMA: Camila Rocha | TEX: Joel Pinheiro da Fonseca | JORNAL: Eli Gaspari | JORNAL: Eli Gaspari | JORNAL: Eli Gaspari



O Venetian Resort Hotel Casino, em Las Vegas, sede da feira de armas de fogo e caça. © Reuters/Anadolu via The New York Times

Ministério suspende viagem de equipe da PF para Las Vegas

Servidores receberam aval de Cappelletti para ir a feira, mas substituto cancelou

Frederico Vasconcelos

SÃO PAULO O Ministério da Justiça cancelou viagem de quatro servidores da Polícia Federal que participariam de feira de armas num hotel cassino de Las Vegas, em Nevada, nos Estados Unidos, na próxima semana.

Faziam parte da equipe do delegado diretor de logística policial e três chefes de áreas administrativas ligadas ao controle operacional, planejamento e ensino.

O evento "Shooting, Hunting and Outdoor Trade Show" é uma feira anual que expõe armas de fogo e de caça e equipamentos para atividades ao ar livre, como tiro ao alvo, além de material para uso e proteção das polícias.

Os visitantes podem testar lançamentos de pistolas, armas longas, munições e ótica. Há os chamados eventos educacionais, com palestras e seminários.

A mostra é organizada pela Firearm Industry Trade Association. A exposição deste ano será realizada de 23 a 26 de janeiro no The Venetian Resort Hotel Casino, um resort de luxo com piscinas, restaurantes, cassino e lojas de luxo.

neiro no The Venetian Resort Hotel Casino, um resort de luxo com piscinas, restaurantes, cassino e lojas de luxo.

Faziam parte da equipe do delegado diretor de logística policial e três chefes de áreas administrativas ligadas ao controle operacional, planejamento e ensino.

O evento "Shooting, Hunting and Outdoor Trade Show" é uma feira anual que expõe armas de fogo e de caça e equipamentos para atividades ao ar livre, como tiro ao alvo, além de material para uso e proteção das polícias.

Os visitantes podem testar lançamentos de pistolas, armas longas, munições e ótica. Há os chamados eventos educacionais, com palestras e seminários.

A mostra é organizada pela Firearm Industry Trade Association. A exposição deste ano será realizada de 23 a 26 de janeiro no The Venetian Resort Hotel Casino, um resort de luxo com piscinas, restaurantes, cassino e lojas de luxo.

tração e Logística da PF, escrita por Deborah Rodrigues Afonso, coordenadora-geral da diretoria de Administração e Logística, perito criminal Flávio Alves Carlos, chefe da Divisão de Planejamento e Controle da Logística Policial e agente federal Marcelo Simões Vassoler, chefe de ensino operacional da Academia Nacional de Polícia.

A Abimide (Associação Brasileira de Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança) participou do evento de 2023. A revista da entidade informa que, em 2023, ainda sob o impacto da Covid-19, a feira de Las Vegas recebeu mais de 43.000 visitantes de 114 países.

Dois após a Folha pedir informações ao Ministério da Justiça e à PF sobre o interesse na feira, a participação da PF nos eventos anteriores durante o governo Jair Bolsonaro (PL) e os motivos do cancelamento da viagem.

Informamos a assessoria de imprensa do Ministério da

Secretaria-Executiva do MJSP apenas autoriza a viagem: os motivos, as explicações técnicas e o histórico devem ser conferidos com a Polícia Federal.

Já a assessoria de imprensa da Polícia Federal informou que a resposta seria dada pelo Ministério da Justiça.

Até a publicação da reportagem, os dois órgãos ainda não haviam prestado as informações solicitadas.

Na última semana, o presidente Lula definiu a troca no STF. O ministro aposentado do Supremo Ricardo Lewandowski foi indicado para substituí-lo no governo e deve tomar posse em fevereiro.

O PSB, partido de Dino e do vice-presidente Geraldo Alckmin, vinha pressionando para manter secretarias na Justiça ou até mesmo a criação do Ministério de Segurança Pública, sob o comando de Cappelletti. O secretário-executivo, no entanto, saiu de férias e, após a transição, não deve continuar na pasta.

Toffoli tranca ações contra Beto Richa sem relação com a Lava Jato

Catrina Scortecchi

CURITIBA O Ministério Público do Paraná recorreu contra a decisão do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Dias Toffoli que tranca todos os processos nos quais o ex-governador do Paraná e atual deputado federal Beto Richa (PSDB) figura como réu, no âmbito de quatro investigações.

São elas as operações Piloto, Integração, Rádio Patrulha e Quadro Negro. Richa sempre negou as acusações, que o atingiram após deixar o governo, em 2018.

A decisão do ministro foi assistida em dezembro, pela reclamação 43.007, que invalidou no país o uso de provas do acordo de leniência da empreiteira Odebrecht firmado na Operação Lava Jato.

No recurso, assinado na segunda (13), o MP-PR diz que, ao contrário das operações Piloto e Integração, deflagradas pelo Ministério Público Federal por integrantes da Lava Jato, as Rádio Patrulha e Quadro Negro tramitam na esfera estadual e não têm relação com a investigação que mirou a Petrobras.

"Há um equívoco preocupante que precisa ser urgentemente superado", diz o recurso.

"Ambas foram iniciadas no âmbito estadual e não guardam absolutamente nenhuma relação com a denominação da operação Lava Jato", segue a peça, assinada pela procuradora Hírmnia Dorigan de Matos Diniz e pelo promotor Pablo Bruzamin Lourenço.

Procurado para comentar o recurso, o advogado de Richa no caso, Rodrigo Medeiros, disse que "a jurisprudência do STF é bastante clara no sentido de não admitir imputações de MPs estaduais em causas dessa natureza".

A Folha também procurou o MPPI, responsável pelas operações Piloto e Integração, mas não teve resposta até a publicação do texto.

Segundo o MP paranaense, a Operação Quadro Negro é totalmente estadual e nunca houve qualquer ato por parte da equipe da Lava Jato ou do ex-juiz federal Sérgio Moro, agora senador do estado pela União Brasil.

Iniciada em 2015, ainda na Polícia Civil, a investigação começou quando se descobriu que a Secretaria de Educação Pública, sob o comando da Educação repassava dinheiro para construção de escolas a uma empresa que não executava as obras. A investi-

gação ganhou corpo e apontou esquema de corrupção com dezenas de contratos.

Entre os delatores que admitiram os desvios estava um diretor da secretaria, Maurício Faniini, amigo de longo data de Richa.

A Operação Rádio Patrulha, de 2018, também se concentrou na relação entre servidores do governo paranaense e empresários, na contratação de maquinário para obras em estradas rurais.

Entre os que deram provas está o empresário e ex-deputado estadual Tony Garcia, que acusa Moro de ilegalidades em delação firmada em 2014, ligada ao Consórcio Garibaldi, Moro nega.

A análise de integrantes do MPPI ao acordo de 2018 de Tony Garcia visava tão somente questões patrimoniais relacionadas à fiança concedida no acordo com eles celebrado mais de 14 anos antes (em 2004), que tratou de crimes relacionados ao Consórcio Garibaldi, ou seja, sem qualquer relação com os fatos", diz o MP-PR.

A Operação Piloto teve como base provas dos sistemas eletrônicos da Odebrecht. A Integração, de 2018, apontava corrupção em contratos firmados entre o governo estadual e concessionárias de pedágio.

Somando cerca de 30 dias no total, Richa foi preso três vezes entre 2018 e 2019. A primeira vez, foi em plena campanha eleitoral, em setembro de 2018, no âmbito da Operação Rádio Patrulha. O tucano foi liberado da prisão três dias depois, após decisão do ministro do STF Gilmar Mendes, mas acabou derrotado nas urnas.

No recurso ao STF, o MP-PR também reclama que não foi intimado para se manifestar na corte e que tornou conhecido da existência da decisão somente através da imprensa. Ao final, pede a revogação da decisão que determinou o trancimento das duas operações estaduais.

As operações já geraram dezenas de ações criminais, com empresários, servidores públicos e políticos na lista de réus. Parte tramita agora na Justiça Eleitoral — elas saíram da Justiça comum a pedido dos acusados.

Desde dezembro, após a decisão de Toffoli que beneficiou o ex-governador, outros réus das operações apresentaram o mesmo pedido feito por defesa do tucano à corte. Os pedidos de extinção ainda não foram analisados pelo ministro.